

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Título: “Ações formativas” desenvolvidas em Universidades Federais Mineiras: estratégias de aprendizagem e (re) elaboração dos saberes docentes?

Autora: Claudete de Freitas da Silva

Orientadoras: Alvanize Valente Fernandes Ferenc, Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva (*co-orientadora*) e Rita de Cássia de Alcântara Braúna (*co-orientadora*)

Data da defesa: março de 2011

Neste estudo, procuramos compreender o processo de aprendizagem profissional de docentes universitários, mais especificamente, quanto aos saberes que estes docentes vão elaborando e/ou reelaborando em programas de desenvolvimento profissional. Para isso, nos propusemos a analisar o processo de elaboração e/ou (re) elaboração do saber pedagógico de professores universitários, no âmbito de programas de desenvolvimento profissional docente; identificar a contribuição destes programas para o processo de aprendizagem docente de professores universitários; assim como diagnosticar se os professores, participantes desses programas de desenvolvimento profissional docente estabelecem a relação entre os conteúdos trabalhados nos “cursos” e a prática docente. O estudo teve como campo de pesquisa três instituições federais de ensino superior do estado de Minas Gerais (Universidade Federal de Viçosa, Federal de Minas Gerais e a Federal de Uberlândia) e como sujeitos, professores (as) das respectivas universidades. Em dois casos,

ouvimos, ainda, Técnicos em Assuntos Educacionais e uma Doutoranda. O motivo desta escolha se deu, uma vez que, fazem ou fizeram parte das ações de desenvolvimento profissional de docentes, em análise. No que se refere ao número de sujeitos, tivemos: Três Técnicas em Assuntos Educacionais, uma doutoranda e oito professores. Utilizamos como técnica de coleta de dados: levantamento documental, entrevistas semiestruturadas, questionário e, também, a técnica “bola de neve”. Reconhecemos as contribuições da abordagem qualitativa para a compreensão do nosso objeto de estudo, e para análise dos dados optamos pela análise de conteúdo. O estudo revelou que em algumas Instituições Federais do estado de Minas Gerais, existem ações formativas que buscam auxiliar aos professores do referido nível de ensino em seus limites, no que se refere à (re) elaboração dos saberes pedagógicos no exercício da docência universitária, em sala de aula. Todavia, constatamos que não há Programas sistematizados, que, por sua vez, proponham-se ao desenvolvimento profissional de docentes universitários. Referente à contribuição das ações de formação investigadas (UAE, GIZ, NAPP e ações posteriores ao NAPP) para o processo de (re) elaboração de saberes docentes, compreendemos, auxiliados pela ótica das formadoras, que as ações desenvolvidas configuraram-se como um lócus formativo para os professores universitários, procurando atender às demandas do ensino por eles vivenciadas. Quanto aos docentes entrevistados, constatamos que ao reconhecerem alguns de

seus limites referentes à aquisição do saber pedagógico encontraram por meio da adesão às ações de formação, assim como em sua formação autônoma, algumas estratégias para sanar os limites evidenciados. Esta prática veio a favorecer aos professores entrevistados o estabelecimento de relações entre o que viam durante o desenvolvimento das ações de formação em que estiveram inseridos e a sua prática docente, além de serem-lhes apresentadas as possibilidades de modificá-la. Reconhecemos, por fim, que as ações formativas, por nós analisadas, se constituíram, de fato, como estratégias de (re) elaboração do saber docente. Estas, por sua vez, se configuraram em espaços formativos, capazes de fomentar a reflexão sobre a prática docente e apontar caminhos para o enfrentamento dos desafios inerentes à docência universitária.

*

Título: Territórios e Educação do Campo nas Serras do Brigadeiro

Autora: Clara Teixeira Ferrari

Orientadores: Lourdes Helena da Silva, Lídia Lúcia Antongiovanni (co-orientadora) e Willer Araújo Barbosa (co-orientador)

Data da defesa: abril de 2011

O conceito de território encontra-se presente em diversos campos do conhecimento, contribuindo para debates nas ciências políticas, humanas e da natureza. No campo educacional, tem emergido com mais frequência em estudos e produções científicas sobre Educação do Campo, devido a

diversos fatores: o fato de ser este um campo de pesquisa interdisciplinar; a ênfase dada ao espaço geográfico, a um determinado grupo social e seus territórios; a defesa de uma educação do campo e não apenas no campo, que coloca em debate as questões sobre o desenvolvimento do espaço rural; a articulação com os movimentos sociais rurais e urbanos; e o diálogo com as políticas públicas para a educação e para o espaço rural que, nas últimas décadas, têm incorporado a perspectiva do “desenvolvimento territorial”, instituindo “Territórios Rurais” e “Territórios da Cidadania”, conceitos em permanente disputa no cenário atual. O conceito de Territórios Educativos, na perspectiva de Canário (2005), busca na lógica territorial uma forma de contribuir para a educação. Não desvinculando o educativo do político e do territorial é uma perspectiva que se aproxima do paradigma da Educação do Campo que tem sido construído nas últimas décadas no Brasil, a partir do protagonismo dos movimentos sociais. A Educação do Campo, para além da construção de um Território Educativo, visa também contribuir para a consolidação do território camponês, materializado no espaço como espaço de vida, de trabalho, de lutas. Como as noções de território têm sido apropriadas, compreendidas e reelaboradas, ou seja, socialmente representadas pelos sujeitos envolvidos em experiências de Educação do Campo no Território da Serra do Brigadeiro? Estas são questões que orientaram o desenvolvimento da nossa pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de

Viçosa/Brasil, na qual buscamos analisar as dinâmicas educativas do campo nos processos de territorialização camponesa nas Serras do Brigadeiro, de maneira a identificar avanços, contradições e desafios da Educação do Campo. Os dados revelam uma diversidade de representações sociais sobre Território, Educação do Campo e Territórios Educativos que apontam para processos de territorialização em busca de outras formas de envolvimento e desenvolvimento rural sustentável, com base na agroecologia, no respeito às diversidades culturais e ambientais.

*

Título: Representações Sociais sobre ser professor: indícios da constituição da identidade docente

Autora: Anna Carolina De Lazzari Reis

Orientadoras: Rita de Cássia de Alcântara Braúna, Lourdes Helena Silva (*co-orientadora*) e Alvanize Valente Fernandes Ferenc (*co-orientadora*)

Data da defesa: maio de 2011

O presente trabalho possui como principal objetivo conhecer as representações sociais de professores em exercício, egressos do curso de Pedagogia, com até seis anos de formação, sobre o “ser professor”, visando a compreensão da constituição da identidade profissional. Tendo em vista, as atuais mudanças sociais que vêm ocorrendo em nossa sociedade, as quais parecem afetar diretamente o contexto educacional, é possível observar por parte dos professores uma dificuldade em definir e delimitar suas reais funções, gerando assim uma

“crise de identidade”. Neste sentido, acreditamos ser importante trazer ao cenário a voz dos professores e questionar sobre os sentidos atribuídos ao “ser professor”. Dessa forma, na busca de resposta a esse questionamento, julgamos necessária a utilização, como base analítica, do construto das representações sociais, tentando compreender a influência da formação inicial e da experiência concreta do trabalho na construção dessas representações. Em relação à categoria identidade, eixo deste trabalho, pode-se dizer que se constitui de forma inerente ao processo de socialização, ou seja, a identidade é construída na interação social e cultural. Sendo assim, ressaltamos a importância da formação inicial e das discussões acerca da profissionalização docente. Foi adotada como perspectiva de trabalho, o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, realizada através de questionários, entrevistas semiestruturadas que foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1995). Para a realização da pesquisa foram entrevistadas 15 professoras e as representações sociais desse grupo nos revelou, em relação à identidade profissional docente, a existência de uma articulação conflituosa dos dois processos identitários, seja a identidade para si a qual é atribuída pelos próprios professores, seja a identidade para o outro, atribuída pela sociedade de uma maneira geral, além da predominância de uma dimensão moral, ou seja, afetiva, vocacional em relação à profissão docente.

*

Título: PROUNI: uma política de democratização do ensino superior?

Autora: Raisa Maria de Arruda Martins

Orientadoras: Maria das Graças Marcelo Ribeiro, Marilene de Melo Vieira (*co-orientadora*) e Wânia Maria Guimarães Lacerda (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

A ampliação do acesso à educação superior, no Brasil, tem sido temática de discussões acadêmicas e políticas. Na história da educação brasileira, destaca-se que os últimos vinte anos registraram uma grande expansão desse nível de ensino, em especial do setor privado. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o setor privado foi o principal responsável pela criação de instituições, criação e aumento do número de cursos e vagas, em detrimento do setor público. No governo Lula (2003-2010), o privilegiamento do setor privado, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, se constituiu de uma política com formalização explícita. Nesse governo, o processo de expansão do setor privado exacerbou-se quando, a partir de 2005, é criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Tal Programa buscava sua justificativa na necessidade de aumentar a taxa de escolaridade no ensino superior, face à posição ocupada pelo Brasil em relação à estatística de outros países. Além disso, constituía uma política pública que “não implicaria em gastos orçamentários” para ampliar o acesso à educação superior; pois o Programa se estrutura num contrato de concessão de vagas em troca de isenção tributária. A principal bandeira de propaganda do PROUNI é

a democratização do ensino superior. Elegeu-se como objeto desse trabalho o PROUNI, com o objetivo de analisá-lo enquanto Programa que pretende promover a democratização do ensino superior e a justiça social. Como universo da pesquisa, foram selecionadas quatro instituições privadas de ensino superior da cidade de Belo Horizonte – MG. Como instrumento de pesquisa utilizou-se a entrevista dos dirigentes das instituições e de alunos bolsistas do PROUNI. Trabalhou-se também com dados documentais das referidas instituições. As análises realizadas indicaram que o PROUNI é fundamental para a sobrevivência das instituições, dado que contribui para o preenchimento de vagas ociosas, impedindo, assim, o fechamento de turmas e cursos. Notou-se, também, que, apesar das bolsas oferecidas, os bolsistas PROUNI enfrentam dificuldades de várias ordens, desde financeiras até acadêmicas, relacionadas ao acompanhamento de disciplinas, o que dificulta a permanência nos cursos. Dentro do recorte proposto pela pesquisa, identificou-se a existência de alunos matriculados em cursos socialmente prestigiados e em instituições bem avaliadas quanto à sua qualidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, essa constatação não pode ser generalizada em termos nacionais. Finalmente, considera-se, que o PROUNI constitui Programa que beneficia e contribui para a expansão do setor privado de ensino superior. Pensa-se que, o ideal de democratização não se efetiva através do PROUNI, a não ser em caráter quantitativo, caracterizando-se, então,

como oportunidade de acesso, e não de permanência.

*

Título: Pedagogia da alternância: limites e perspectivas do Projovem Campo em Minas Gerais

Autora: Regina Celi Alvarenga de Moura

Orientadores: Lourdes Helena da Silva, Dilenio Dustan Lucas de Souza (*co-orientador*) e Willer Araújo Barbosa (*co-orientador*)

Data da defesa: junho de 2011

Esta dissertação de mestrado insere-se em um contexto de discussão sobre os programas e projetos educacionais gestados no âmbito das políticas públicas, que têm sido efetivados no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Nosso objetivo com esta pesquisa foi analisar as representações sociais dos educadores do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, do estado de Minas Gerais, sobre a Pedagogia da Alternância de maneira a identificar indícios de possíveis alternâncias educativas que vêm sendo construídas no Programa. Ancorados nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, utilizamos, como procedimentos técnicos de coleta de dados, de maneira combinada, a análise documental, o questionário e a entrevista semi-estruturada. As informações obtidas foram analisadas na perspectiva do Método de Análise de Conteúdo. Tendo em vista que, no período de

execução da pesquisa, o Programa já se encontrava em andamento, para efeito de análise, estabelecemos um recorte temporal que correspondeu ao período de sua implantação, agosto de 2009 até outubro de 2010. No seu conjunto, os educadores representam a Pedagogia da Alternância como uma proposta inovadora de educação, que possibilita proporcionar aos jovens agricultores uma educação que esteja mais próxima de suas vivências, sua cultura e seus saberes. A ideia de uma proposta inovadora de educação ancora-se ainda na possibilidade de desenvolver práticas pedagógicas que não são possíveis no ensino regular, como articulação entre teoria e prática, alternância de tempos e espaços educativos, aproximação com a realidade do educando. As práticas educativas desenvolvidas pelos educadores do Programa, ao se aproximarem da dinâmica pedagógica da Pedagogia da Alternância, assumem contornos de uma educação que procura valorizar o jovem agricultor como protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, nossos dados revelam algumas fragilidades e contradições da implantação do Programa Projovem Campo em nosso estado, indicando, entre outros aspectos, os riscos de simplificação da Alternância como dinâmica pedagógica e as limitações de se efetivar, via Estado, uma educação comprometida com as transformações do campo e com o fortalecimento do protagonismo de seus sujeitos sociais.